Reformas vão ao Congresso no dia 15

Esta é a última semana que o governo terá para fechar o texto final das propostas de reforma constitucional que ~~espera encaminhar ao Legislativo~~ no próximo dia 15 de fevereiro. Depois de expor suas idéias e ouvir as sugestões dos partidos aliados, o Executivo quer saber o que pensam seus opositores.

Na terça-feira, o PPR será recebido na Escola Fazendária de Brasília pelos ministros da Fazenda, Pedro Malan; do Planejamento, José Serra; da Previdência Social, Reinhold Stephanes; da Administração e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira; e da Justiça, Néelson Jobim. Na pauta, as reformas constitucionais defendidas pelo governo.

Jobim foi encarregado de colocar, no papel, as propostas defendidas por seus colegas de governo, que pregam desde a quebra do monopólio estatal, para o transporte de petróleo, até o fim da aposentadoria por tempo de serviço. O primeiro "borrão" deve ficar pronto nesta segunda-feira, segundo confirmou o ex-líder do PT, deputado José Fortunatti (RS), que já pediu, inclusive, uma cópia do documento para o ministro da Justiça.

É em cima desse "borrão" que a bancada do PT pretende debruçar-se, a partir da terça-feira, para conhecer melhor as propostas do governo, antes de definir seu posicionamento nas negociações das reformas constitucionais com o Executivo. Junto com o Diretório Nacional do partido, nos próximos dias 11 e 12, os parlamentares petistas, reunidos em São Paulo, devem decidir se aceitam ou não participar de um seminário com os ministros.

O veto do presidente Fernando Henrique Cardoso ao salário mínimo, confirmado na última sexta-feira, e a exclusão do PT da mesa diretora da Câmara, em razão de manobras da base de sustentação parlamentar do governo, pesam contra uma aproximação do partido com o Executivo. "O cenário não favorece e pode criar embaraços para que sentemos à mesa de negociações com o governo", confirma o deputado José Fortunatti.